



Global  
Landscapes  
Forum



Fotografia de Daniel Murajyarso/CIFOR

# Livro Branco

6 de Junho de 2016, Royal Society, Londres

Remover obstáculos ao  
investimento na restauração  
de paisagens e florestas  
Como obter resultados?



Norad



Este Livro branco foi elaborado por  
AMATA, Symbiosis Investimentos, FNERWA, Clarmondial e IUCN,  
com o apoio de Norad e UKaid

## Desenvolver argumentos a favor do investimento na restauração de paisagens e florestas

A restauração de áreas degradadas e desmatadas dá origem a um aumento da integridade ecológica e do bem-estar humano. Este processo – restauração de paisagens e florestas (RPF) – destina-se a melhor satisfazer as necessidades das comunidades locais, regionais e globais através da gestão dos benefícios ambientais, sociais e económicos, incluindo: o aumento da produtividade de terras anteriormente degradadas, a criação de novos meios de subsistência para as comunidades dependentes das florestas, a proteção de catástrofes naturais, o ressurgimento de ecossistemas funcionais e da conectividade, o acesso a água potável, entre outros.

Quando implementada corretamente, a RPF pode contribuir para a diminuição da pobreza, o aumento dos benefícios económicos, a melhoria dos meios de subsistência no meio rural e o aumento da resiliência das comunidades rurais. Este papel fundamental só pode ser totalmente alcançado mediante a oferta de um pacote equilibrado de bens e serviços florestais a nível regional – podendo acomodar diversos usos da terra, reconhecendo e satisfazendo as diferentes necessidades e reivindicações das partes interessadas.

Combater o mito de que a restauração tem um custo elevado e não traz benefícios a longo prazo constitui um desafio permanente. Uma análise económica dos potenciais benefícios da restauração, realizada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), demonstra que o retorno da restauração é muito mais célere do que frequentemente se presume: em muitas iniciativas de restauração, o sequestro de carbono inicia-se de imediato, o envolvimento das comunidades locais provoca um aumento quase imediato dos

rendimentos e alguns dos importantes serviços prestados pelos ecossistemas começam a retornar após dois ou três anos.

Atualmente, o financiamento direcionado a RPF não é suficiente para preencher os requisitos necessários à ação. O financiamento da RPF terá de provir de uma carteira de investidores do setor público e privado, mas para atrair o investimento do setor privado, o investimento público em experiências piloto terá de ser facilitado, reforçado e incrementado. O acesso ao financiamento privado só será alcançado através de uma estrutura correta, incluindo instrumentos financeiros inovadores e um enquadramento regulamentar adequado, no âmbito das estratégias nacionais.

Num estudo recentemente desenvolvido pela IUCN e apoiado por múltiplos parceiros, foi examinado o potencial para corrigir esta desfasagem através de uma maior mobilização do investimento privado na RPF. Este estudo também contemplou a relação entre o investimento em ativos e a criação de condições para permitir os fluxos de investimento, através da investigação de casos específicos de investimento no Brasil, Gana, Guatemala, México e Ruanda, e identificou os obstáculos que limitam o investimento na RPF. Estes países estão presentemente a desenvolver estratégias no âmbito da RPF e procuram ativamente fontes de financiamento inovadoras e sustentáveis, em particular através da mobilização do investimento do setor privado. Este Livro destaca estudos de casos provenientes deste trabalho recente que demonstram como a implementação da RPF pode ser estruturada de forma a atingir os seus múltiplos objetivos.

## Casos de investimento

Ao explorar os estudos de caso foram identificadas três questões que constituem desafios importantes e que terão de ser ultrapassados para que a RPF seja implementada com sucesso – foi no âmbito destas questões que os estudos de caso foram debatidos:

1. Como corrigir a desfasagem entre os compromissos assumidos e o nível de financiamento da RPF? **Para corrigir esta desfasagem é necessário complementar o financiamento público de RPF com investimento privado.** Por exemplo, o financiamento público pode ajudar a eliminar alguns dos principais obstáculos à mobilização do investimento privado, tais como a criação de entidades agregadoras, a execução de acordos operacionais entre os parceiros, a elaboração de projeções financeiras das receitas e o desenvolvimento de capacidades de gestão operacional e financeira.
2. **Como definir melhor atividades lucrativas no âmbito da RPF?** Especialistas em restauração têm de definir melhor as atividades lucrativas comercialmente viáveis no âmbito da RPF. Tal inclui a identificação de atividades específicas da cadeia de valor numa determinada região geográfica que estejam sendo implementadas em grande escala e que tenham potencial para atrair novas fontes de financiamento. Os participantes na RPF também têm de mudar a sua mentalidade, passando a encarar-se como beneficiários de investimento e não como beneficiários de subsídios.
3. **Que tipos de investimento são precisos para ultrapassar os obstáculos à RPF?** Para além dos investimentos em ativos, é preciso investimento viabilizador e estruturas de investimento alternativo que ajudem os beneficiários a relacionarem-se com os investidores. Tal inclui melhorar as políticas para atrair o investimento a nível nacional e local, e aumentar o desenvolvimento de capacidades através da cadeia de valor, bem como o apoio para implementar sistemas de gestão e apresentação de relatórios de forma a garantir o sucesso do investimento e identificar novas oportunidades de negócio, disseminando as melhores práticas.

## Definições

**Restauração de paisagens e florestas (RPF):** O processo contínuo de restaurar a funcionalidade ecológica e desmatadas ou paisagens florestais degradadas. A RPF vai muito além de plantar árvores – é recuperação de uma paisagem pensando no futuro, com vista a satisfazer necessidades presentes e futuras e providenciar múltiplos benefícios e utilizações das terras ao longo do tempo usando diferentes métodos: plantação de novas árvores, ressurgimento natural, gestão das terras, entre outras.

**Investimento viabilizador:** Investimento para a criação de bens públicos, estabelecendo as condições para o investimento produtivo em ativos.

**Investimento em ativos:** Um investimento que visa criar um valor tangível, dando origem a ativos privados.

**Investidor:** Conjunto de intervenientes que proporcionam o financiamento da RPF através de investimentos em ativos e de investimentos viabilizadores.

**Beneficiário:** Organizações e/ou indivíduos que participam em atividades de RPF, também conhecidos como participantes. Consultar a tabela seguinte com um resumo dos potenciais beneficiários e respetiva relevância para a RPF:

| Tipo de agente (beneficiários)     | Relevância potencial para a RPF  |
|------------------------------------|--|
| Pequenos proprietários/ indivíduos | <ul style="list-style-type: none"> <li>Utilizadores informais ou formais de recursos florestais</li> <li>Agricultura de subsistência ou semicomercial no limiar da floresta</li> <li>Produtores de bens para mercados formais ou informais, por exemplo, carvão, cacau.</li> </ul> |
| Grupos comunitários                | Consultar a célula anterior  |
| Cooperativas/associações           | Consultar a célula anterior – é provável que estejam envolvidos em atividades comerciais, normalmente agricultura ou culturas arborícolas existentes.  |
| Pequenas e Médias Empresas         | <ul style="list-style-type: none"> <li>Concessões /propriedade / arrendamento de terras</li> <li>Empresas de comercialização ou produção</li> </ul>  |
| Grandes empresas internacionais    | Consultar a célula anterior – provavelmente para produção e comercialização (exportações)  |

# 1. Corrigir a defasagem entre compromissos e financiamento da RPF

Apesar de haver países com regulamentação que encoraja as atividades de RPF em grande escala, os níveis de financiamento para RPF nem sempre correspondem aos níveis de compromisso político e aos requisitos legais para RPF. Há vários fatores que contribuem para esta defasagem. Alguns estão relacionados com a localização das oportunidades de RPF, tais como a regulamentação e condições de investimento do país, bem como a propensão dos investidores nacionais para criarem impacto. Muitos dos países onde se localizam as maiores oportunidades de RPF têm mercados de capitais emergentes e um apetite limitado para a responsabilidade social empresarial e investimento sustentável e ao desafiar as políticas vigentes surgem obstáculos significativos a qualquer tipo de investimento. Outros estão relacionados com uma defasagem entre as necessidades dos investidores e dos beneficiários e, portanto, entre a oferta e a procura de oportunidades de RPF, uma defasagem que tem origem na dificuldade de investimento na área menos comprovada e menos compreendida da RPF.

Apesar do conhecimento da situação local ser um pré-requisito para avaliar as probabilidades de sucesso (ou de insucesso) dos investimentos na RPF, a alteração de alguns dos fatores relacionados com a localização geográfica das oportunidades de RPF nem sempre é possível. Em determinadas circunstâncias, pode ser necessário intervenções a longo prazo requerendo ações em múltiplas frentes e incluindo um grande número de intervenientes. Relativamente às ações mais imediatas para corrigir a defasagem entre compromisso e financiamento no âmbito da RPF, as oportunidades estão relacionadas com a oferta e a procura.

Algumas cadeias de valor específicas da RPF têm um claro potencial de investimento. No entanto, as fontes de financiamento têm de estar em consonância com as oportunidades de investimento na cadeia de valor do produtor adequado. Para que tal aconteça, os beneficiários necessitam de

apoio para poderem melhorar a estruturação e mapeamento das oportunidades comerciais de atividades relacionadas com a RPF, de acordo com as preferências de investimento de cada investidor. Também é muito importante implementar uma abordagem agregada para aumentar a escala. Do lado dos investidores, é necessário um maior apoio para melhorar o nível de informação técnica, relativa aos mercados e à gestão dos investimentos em RPF. Também são necessários modelos financeiros para calcular os rendimentos financeiros, ambientais e sociais dos investimentos na RPF.

## Caso de Investimento 1: Fundo Nacional para o Clima e Ambiente do Ruanda

O Ruanda assumiu o compromisso de plantar dois milhões de hectares de árvores utilizando uma abordagem de RPF. Contudo, a atual Ajuda Pública ao Desenvolvimento e o financiamento governamental não são suficientes para suprir as necessidades de financiamento da RPF no Ruanda. Deste modo, o Ruanda só conseguirá cumprir os seus objetivos ao atrair novas fontes de financiamento, incluindo investidores privados.

O Ruanda assumiu o compromisso de plantar dois milhões de hectares de árvores utilizando uma abordagem de RPF. Contudo, a atual Ajuda Pública ao Desenvolvimento e o financiamento governamental não são suficientes para suprir as necessidades de financiamento da RPF no Ruanda. Deste modo, o Ruanda só conseguirá cumprir os seus objetivos ao atrair novas fontes de financiamento, incluindo investidores privados.

Em 2013, o Governo do Ruanda (GdR) criou o Fundo Nacional para o Clima e Ambiente (FONERWA), enfatizando as prioridades e compromissos do país

relativamente a esta área, tendo também como função o financiamento de projetos ambientais. O fundo é atualmente o principal mecanismo de financiamento de projetos ambientais e de combate às alterações climáticas no Ruanda. Ao centralizar todo o financiamento às iniciativas ambientais e de combate às alterações climáticas neste fundo, o GdR garante assim a coerência destas iniciativas com as prioridades e objetivos nacionais. O fundo começou por ter uma abordagem ao investimento centrada na procura, mas tem vindo progressivamente a fazer a transição para escolher financiar aqueles com uma vertente mais estratégica/programática. Surge assim uma oportunidade para que o fundo concentre os seus investimentos na RPF.

O setor privado, o setor público e as ONGs são elegíveis para financiamento através de vários instrumentos financeiros. Por exemplo, o setor privado pode candidatar-se de duas formas (i) através do fundo da inovação, que proporciona financiamento ao longo de um ano para apoiar a inovação nas áreas do ambiente e do clima. Os candidatos têm de contribuir com 25% de capital próprio; e (ii) através de uma linha de crédito do Banco de Desenvolvimento do Ruanda (Rwandan Development Bank) para as diligências necessárias. Até ao momento, o FONERWA fez oito convocatórias para apresentação de propostas e disponibilizou fundos para 31 projetos. Os projetos englobam várias vertentes da sustentabilidade, incluindo a gestão integrada de bacias hidrográficas (gestão de solos, água e florestas), energia e aldeias e cidades ecológicas. A maioria dos projetos de gestão de bacias hidrográficas envolve a RPF e está relacionada com a restauração de áreas degradadas. Cerca de 60% dos projetos que foram financiados até ao presente incluem alguma forma de gestão florestal.

O desenvolvimento de capacidades e a aprendizagem são elementos importantes do fundo FONERWA e são uma parte integrante do processo de candidatura e implementação. O FONERWA também realiza regularmente sessões para que os intervenientes no processo de implementação se reúnam, partilhando experiências e aprendizagem.

As intervenções e atividades relacionadas com as prioridades nacionais do Ruanda em matéria de RPF incluem:

- manutenção permanente do património florestal, prestando especial atenção ao desempenho das florestas no Ruanda e à falta de classificação e outros dados fundamentais para que as atividades de RPF possam ser eficazmente implementadas;
- promoção de indústrias sediadas na floresta, salientando os inventários biofísicos, diligências necessárias sobre questões relacionadas com a posse das florestas e a promoção de práticas industriais sustentáveis;
- desenvolvimento de capacidades no setor da silvicultura, incluindo o reforço institucional, da pesquisa e o aperfeiçoamento da formação em silvicultura;
- desenvolvimento de florestas urbanas e periurbanas, começando pela inclusão das florestas no planeamento urbano, demonstrando eficazmente o valor acrescentado das florestas urbanas;
- reforço na arena política das atividades agrícolas em meio florestal, incluindo a agrossilvicultura tradicional e o cultivo de produtos florestais não madeireiros, apoio de diversos grupos comunitários no processo das atividades agrícolas em meio florestal;
- promoção de negócios rentáveis de plantação de florestas, incluindo mecanismos legais para encorajar o investimento do setor privado e mecanismos financeiros inovadores através do Fundo Nacional de Silvicultura
- criação, reabilitação e conservação de florestas de proteção às bacias hidrográficas, incluindo a avaliação ambiental das maiores bacias hidrográficas e a criação de regulamentação e diretrizes para a apreciação das florestas das zonas ribeirinhas.

## 2. Definir atividades lucrativas para a RPF

Por um lado, os beneficiários têm de definir possíveis atividades lucrativas para a RPF, para que haja uma maior articulação das oportunidades com os investidores. Por outro lado, os beneficiários precisam de apoio para mapear estas atividades de RPF e necessidades de financiamento às exigências dos investidores, de modo a informá-los de fluxos de rendimento que geram retorno sobre investimento na RPF, com prazos definidos.

Nesta área existem vários obstáculos que terão de ser ultrapassados para aumentar o potencial de investimento na RPF. Em primeiro lugar, devido a uma cultura prevalente de subsídios, os participantes no processo de RPF podem ter dificuldades em mudar a sua mentalidade de beneficiários de subsídios para beneficiários de investimento. Em segundo lugar, existem poucos agrupamentos de produtores (por exemplo, cooperativas e associações com um historial e competências profissionais) para fazerem a ligação com os investidores. É frequente que os participantes em atividades de RPF tenham falta de experiência no diálogo e negociação com os investidores profissionais e possuam um conhecimento limitado de finanças. Em terceiro lugar, a falta de competências técnicas nas intervenções relacionadas com a RPF e incentivos para a gestão a mais longo prazo podem limitar a capacidade dos beneficiários de gerarem receitas sustentáveis a longo prazo, diminuindo assim o interesse dos investidores privados para investirem na RPF. Por fim, as cadeias de valor nacionais para os produtos derivados da RPF são muitas vezes subdesenvolvidas, fragmentadas e informais. Deste modo, os participantes nas atividades de RPF em menor escala podem não ser capazes de garantir o pagamento dos empréstimos aos bancos rurais, devido à exigência de garantias e valor médio depositado.

### Sumário de produtos e serviços ligados à RPF

Existe uma grande variedade de produtos e serviços que podem aumentar as receitas da RPF e tornar as oportunidades nesta área mais atrativas para os investidores. Apesar de ser necessário defini-los e analisá-los mais atentamente, e da sua viabilidade variar de caso para caso, é fornecida uma lista para futuro debate:

- exploração madeireira sustentável;
- produção de carvão vegetal sustentável;
- produtos florestais não madeireiros;
- sistemas agroflorestais, sobretudo para bens comercializados internacionalmente, tais como o cacau, o café e a borracha, e possibilidade de bonificações no caso de existir certificação;
- viveiros de árvores, sobretudo com os conhecimentos e competências em espécies nativas;
- compensação de emissões – carbono, incluindo REDD+ e biodiversidade
- serviços ligados aos ecossistemas, incluindo pagamento por serviços ambientais, valor derivado de uma melhor conectividade das paisagens, etc.
- ecoturismo

### Caso de investimento 2: Symbiosis Investimentos

A Symbiosis Investimentos foi fundada em 2008 como empresa privada de investimento e gestão, especializada no desenvolvimento de um modelo de negócio sustentável para o cultivo de espécies nativas e a restauração da Mata Atlântica. A empresa controla e gere a totalidade do ciclo de produção da madeira, desde a seleção das espécies de árvores, árvores-mãe, sementes, mudas, rebentos, árvores jovens e manejo florestal, à colheita, processamento e distribuição do produto final aos consumidores.

Divergindo da indústria da monocultura exótica que tem sido uma prática comum nos trópicos, a Symbiosis utiliza o plantio de 30 espécies de árvores nativas originárias

da Mata Atlântica de elevado valor que presentemente são raras ou que não se encontram disponíveis no mercado. A Symbiosis eliminou o corte raso nas suas plantações em benefício da fauna local e para melhorar o controlo dos insetos nas suas terras. Além disso, a empresa tem vindo a recolher sementes das áreas onde ainda existe Mata Atlântica desde 2009, e criou zonas de produção de sementes nas suas propriedades em 2012. Isso garante um acervo genético robusto e a oportunidade de criar uma reserva genética “ex situ” para cada espécie selecionada. A empresa encara isto como um potencial ativo, visto que uma base de dados genéticos de espécies locais associada a um viveiro não existe atualmente, apesar da procura. O negócio principal da empresa é o comércio de madeira. As espécies escolhidas pela Symbiosis incluem algumas das madeiras tropicais mais bonitas e duráveis e podem ser utilizadas no fabrico de mobília, pavimentos, janelas, terraços e arquitetura e engenharia de interiores. Neste conjunto de espécies existem tipos de madeira de todas as colorações, conferindo diversidade à atividade comercial e valor à taxa interna de rendimento.

A criação desta empresa inovadora foi possível devido aos seus fundadores visionários terem conseguido atrair um grupo seletivo de investidores privados dispostos a correr o risco e a testar os pressupostos do modelo de negócio ao longo de um prazo de cinco anos. Estes investidores privados já há mais de trinta anos que estão empenhados na conservação, já estavam envolvidos em projetos de filantropia e tinham as suas próprias iniciativas privadas para a reflorestação antes de se juntarem à empresa. Acreditam que alterando o paradigma de produção madeireira no Brasil, aproximando a produção dos centros de consumo de uma forma mais uniforme, barata e sustentável, serão capazes de desencorajar a destruição do que resta da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica.

### Caso de investimento 3: AMATA

AMATA é uma empresa privada fundada em 2009, dedicada à silvicultura sustentável. Com uma integração vertical, a empresa gere as suas próprias

plantações de espécies nativas, eucaliptos e pinheiros, e vende madeira maciça certificada e madeira serrada diretamente aos consumidores finais, vendendo igualmente madeira para ser processada.

O projeto de plantio de espécies nativas da AMATA localiza-se no Pará, numa região considerada fundamental para a conservação da Floresta Amazônica – o Centro de Endemismo de Belém (CEB). Esta área foi seriamente desmatada – presentemente com menos de 70% da sua cobertura original – e ainda sofre as pressões da concorrência de diversas utilizações das terras. O CEB contém o maior número de espécies ameaçadas de fauna e flora da Floresta Amazônica, portanto esta zona é monitorizada pelo estado e encontra-se sob legislação federal para a proteção de espécies ameaçadas de extinção.

O projeto tem como objetivo evitar a continuação do desmatamento e restaurar as terras degradadas pelo gado. As atividades de reflorestação da empresa utilizam sobretudo espécies nativas. Este processo foi iniciado no final de 2008 e desde então foram plantadas mais de 7,2 milhões de árvores de espécies nativas (aproximadamente 50 espécies, representadas sobretudo pelo Paricá).

A AMATA possui 20,655 hectares de fazendas de espécies nativas distribuídas pelos municípios de Castanhal, Paragominas e Ipixuna do Pará. Destes, apenas 4,264 ha (21%) são eficazmente utilizados para o plantio – o resto encontra-se sob conservação a um nível mais elevado do que é exigido por lei. Em geral, a AMATA tem como objetivo o desenvolvimento de tecnologia silvícola para as espécies nativas, bem como a produção de madeira certificada, originando benefícios ambientais e sociais inseridos no valor económico das plantações.

A empresa tem tido um impacto positivo no capital social local: emprega 52 pessoas, sendo 99% contratadas nos municípios de influência e 18% entre as comunidades locais. Em 2015, o valor total gasto com fornecedores locais foi 4,875,000 reais (aproximadamente USD 1,400,000), o que representa 61% do valor total investido na operação.

### 3. Investimento viabilizador para ultrapassar obstáculos

A experiência no terreno sugere que o investimento viabilizador é essencial para ultrapassar os obstáculos ao investimento na RPF. Tais investimentos ajudam a lidar com as dificuldades acima referidas, sobretudo no que diz respeito a definir as atividades de RPF que geram receitas, reduzindo o nível de risco do investimento e ajudando a eliminar a desfasagem entre investidores e beneficiários, como por exemplo:

- **Competências técnicas e empresariais para os beneficiários na área da RPF. Os beneficiários necessitam de mais apoio para identificarem, prepararem e colocarem um bom fluxo de transações no mercado, inclusive através do fornecimento de capacidades técnicas e empresariais.**

No Brasil, os conhecimentos técnicos e a informação disponível são considerados como obstáculos fundamentais que afetam os beneficiários e que impedem a participação dos pequenos proprietários nas atividades de restauração de florestas. O projeto Reça da Associação dos Pequenos Agrossilvicultores é um exemplo de um investimento viabilizador que ajuda a ultrapassar estes obstáculos através de ações destinadas a melhorar as capacidades técnicas em silvicultura e acrescentar valor aos processos empresariais. No Gana, a assistência técnica, o desenvolvimento de capacidades e as incubadoras de empresas que são facilitadas pelos doadores e ONGs são componentes importantes de muitos investimentos em agrossilvicultura e restauração de florestas.

- **Iniciativas e incentivos para o financiamento de oportunidades na RPF.** São necessárias iniciativas eficazes de microfinanciamento relacionadas com esquemas de subcontratação de cultivadores e mandatos/incentivos para que os bancos rurais emprestem fundos ao setor da agricultura e silvicultura. A parceria entre a Fibria Celulose, uma empresa brasileira de silvicultura, e ABN AMRO, que oferece incentivos financeiros para os produtores rurais plantarem

eucalipto no sul do Brasil é um exemplo disso mesmo. FIRA/FONAFOR, um fundo de crédito criado pela comissão de silvicultura do México, procura ultrapassar obstáculos importantes ao investimento em silvicultura, cobrindo os requisitos dos mutuantes comerciais relativamente ao pagamento de juros nas fases iniciais do investimento e atuando como fundo de garantia quando os plantadores não são capazes de pagar seus empréstimos.

- **Produtos e soluções para a gestão do risco. Governos, doadores e instituições financeiras para a promoção do desenvolvimento têm de apoiar a diminuição do risco dos investimentos na área da RPF através de programas de garantia de crédito, produtos dedicados à gestão do risco e outras iniciativas.** O risco também pode ser partilhado através de coinvestimento e ao assumir uma maior parte das perdas se as receitas forem inferiores ao previsto. A participação da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) e da USAID no fundo Althelia Ecosphere Fund são exemplos de mecanismos de garantia existentes. No Gana, o IFC pretende implementar um instrumento de partilha dos riscos na tranche de investimento privado dos fundos do Programa de Investimento Florestal.
- **A estruturação de investimentos na RPF para ganhar escala. A colateralização dos projetos e empreendimentos na área da RPF ao fomentar a agregação em grupos e projetos de RPF vai ajudar a canalizar o financiamento para a restauração das florestas.** As emissões obrigacionistas através do desenvolvimento de certificados de capital no México que podem ser transacionados em bolsa é um bom exemplo disso. Outra opção é o financiamento de oportunidades de pequena escala através de cooperativas, tal como é demonstrado na Guatemala, onde uma federação de cultivadores de pinheiros, Fedecovera, conseguiu estabelecer um negócio sustentável na área da silvicultura e agrossilvicultura, que atrai investidores devido à sua escala, historial e versatilidade dos produtos.

- **A necessidade de otimizar os benefícios e reduzir os custos da RPF.**  
O investimento para criar uma plataforma de investigação e tecnologia é fundamental para melhorar a relação custos/benefícios da restauração de florestas e da reflorestação com espécies nativas para fins económicos e atrair investimento (público e privado) para aumentar a escala da RPF.

### Caso de investimento 4: Clarmondial

Ao longo dos últimos anos, a Clarmondial trabalhou em conjunto com vários tipos de empresas, maioritariamente africanas, relacionadas com a gestão sustentável das terras, fornecendo apoio no desenvolvimento do negócio e permitindo o acesso aos recursos financeiros, incluindo capital próprio, dívida e subsídios. Uma das entidades com as quais a Clarmondial tem vindo a trabalhar é a Sasumua Holdings Limited (SHL), que gere uma grande área de terrenos agrícolas na Tanzânia em estreita colaboração com as comunidades locais vizinhas, respeitando as melhores práticas.

A SHL produz frutas e vegetais para os mercados locais, e recentemente deu início à produção de carne bovina para comercialização. A SHL pretende eventualmente exportar a nível regional e internacional, acrescentando valor com o processamento (por exemplo, sucos de frutas). Para além disso, reconhecendo

o aumento da procura local e qualidade insuficiente dos produtos hortícolas, a SHL e a Clarmondial começaram a desenvolver um conceito inovador para comercializar produtos hortícolas frescos: Mercados de Produtores Agrícolas da África Oriental (EAFM), com uma experiência piloto prevista para Dar es Salaam. A SHL e o EAFM foram maioritariamente capitalizados pelos seus fundadores e por capitais privados. Negócios desta natureza (ou seja, aqueles que querem experimentar novos mercados, ou trabalhar com padrões sociais e ambientais excecionais) necessitam frequentemente de “capital paciente” adiantado. Para além dos custos associados aos projetos de raiz, geralmente existem também custos associados à inovação do mercado, visto que estas empresas exploram novas formas de fazer negócio (por exemplo, estabelecer EAFM para gerar uma maior “atração” de mercados locais e regionais, que tenham uma dimensão significativa e que possam servir de catalisadores para os pequenos agricultores da região).

Apesar do sucesso que a SHL e o EAFM têm tido na angariação de fundos para várias iniciativas, persiste a dificuldade em angariar capital suficiente para esta fase de arranque. Os fundadores e gestores da SHL compreendem bem a situação local e regional, e gerem as terras de forma competente, mas beneficiam por terem acesso a apoio e exposição para a internacionalização do negócio, fomentando financiamentos futuros.

## Soluções para incrementar os investimentos em RPF

Os estudos de caso constituem exemplos práticos de como potenciais investimentos na RPF funcionam em vários contextos nacionais e de investimento. Os impulsionadores existentes e potenciais do investimento na RPF variam muito dependendo do contexto local, bem como da experiência dos beneficiários e investidores locais e da existência de investimentos e políticas viabilizadoras. Deste modo, uma abordagem uniformizada não consegue assegurar o aumento do investimento na RPF.

Um dos ingredientes importantes para o aumento do investimento em RPF, é a comunicação e colaboração entre investidores e beneficiários. Além do mais, seria benéfico criar estratégias adequadas para promover uma RPF comercialmente viável e melhorar as oportunidades para a criação de parcerias público-privadas, fortemente direcionadas para os benefícios dos proprietários e sobretudo pequenos agricultores.

Esta sessão de estudos de caso do fórum global de paisagens (GLF) tem como objetivo analisar os obstáculos ao investimento na RPF e explorar soluções para incrementar este tipo de investimento. Analisando estudos de caso de todo o mundo e baseando-se nestes exemplos, a sessão vai tentar encontrar soluções para corrigir a desfasagem entre compromissos e financiamento na RPF, discutindo uma melhor definição de atividades rentáveis na restauração de paisagens e determinando fatores viabilizadores do investimento. A experiência e diferentes perspectivas de investidores e beneficiários serão realçadas durante a sessão de modo a traçar uma rota para aumentar o investimento na restauração de paisagens..

## Documentos de referência

- Elson D. 2012. *Guide to investing in locally controlled forestry*. Growing Forest Partnerships em associação com a FAO, IIED, IUCN, The Forest Dialogue e o World Bank. Londres: IIED.
- Huwyler F, Käppeli J and Tobin J. 2016. *Conservation Finance – From Niche to Mainstream: The Building of an Institutional Asset Class*. Em associação com o Credit Suisse, McKinsey & Company, IUCN, Gordon and Betty Moore Foundation e Rockefeller Foundation. Zurique, Suíça: Credit Suisse Group AG e McKinsey Center of Business and Environment.
- [IUCN] International Union for Conservation of Nature. 2015. *Rwanda's Green Well: Finding Opportunities to Engage Private Sector Investors in Rwanda's Forest Landscape Restoration*. Gland, Suíça: IUCN.
- IUCN e [WRI] World Resources Institute. 2014. *A guide to the Restoration Opportunities Assessment Methodology (ROAM): Assessing forest landscape restoration opportunities at the national or sub-national level*. Documento de Trabalho (Edição piloto). Gland, Suíça: IUCN.



# Global Landscapes Forum | London

The Investment Case

6 June 2016, Royal Society, London

landscapes.org

## Coordenadores



## Parceiros estratégicos



## Financiadores



## Autores



## Suportada pela

